

## Campanha feminista anti-austeritária O impacto da crise na vida das mulheres



Vive-se hoje uma crise sistémica sem precedentes. A bolha financeira de 2008 teve reflexos na economia real, acumulando-se com outras crises, alimentar, energética, climática, social e cultural. Em muitos dos países europeus a crise económica foi usada para concentrar a riqueza e o poder em poucas mãos, explorando ao máximo a força de trabalho, limitando práticas democráticas, aumentando a rejeição, a hostilidade e a divisão entre diferentes sectores da população. A “resposta” dominante não constitui, de todo, uma solução, pois não garante a sobrevivência do nosso planeta, antes o prejudica, nem promove a melhoria da vida das pessoas. Pelo contrário, degrada as suas condições de vida.

O impacto que esta crise terá na vida das mulheres é uma questão particularmente crítica na construção de resistência e resposta dos movimentos sociais à escala europeia, até pelos riscos de retrocessos civilizacionais neste campo. Contudo, existem indicadores que não podemos ignorar, nomeadamente os resultantes da análise dos impactos das crises económicas anteriores, nas condições de vida das mulheres, entre os quais ressaltam três aspectos<sup>1</sup>: a intensificação do trabalho das mulheres (pago e não pago); recuperação mais rápida do emprego masculino do que o feminino<sup>2</sup> (que é sempre mais precarizado); e, no final das crises, verificam-se retrocessos relativamente às épocas anteriores. As mulheres tendem a sofrer de modo diferenciado os efeitos das crises económicas e sociais porque se encontram diferentemente posicionadas nas hierarquias do poder económico, político, social, cultural e simbólico. A divisão do trabalho expressa a hierarquização de tarefas e de pessoas, bem como as ideias e as representações sociais acerca das divisões técnica do processo produtivo e das relações sociais que intervêm nele e que distribuem as e os trabalhadoras/es por distintas actividades.

Na Europa, e não obstante o longo caminho emancipatório percorrido, as mulheres enfrentam esta crise numa situação de particular vulnerabilidade. Antes do início da crise, em 2006:

- As mulheres continuavam sub-representadas no mercado de trabalho (em 2006, a taxa de inactividade das mulheres era de 36,7% face a 22% para os homens<sup>3</sup>), especialmente quando com crianças a cargo (taxa de emprego, para uma criança a cargo, de 64,6% face a 89,4% entre os homens; para três ou mais crianças a cargo, de 45,7% face a 83,6% entre os homens);
- Muitas mulheres trabalhavam em part-time (em 2006, 30,9% face a 4,7% de trabalho em part-time entre os homens) ou noutras modalidades de subemprego (14,3% eram trabalhadoras temporárias, face a 12,7% nos homens);
- As mulheres recebiam menos 18,1%<sup>4</sup> do que os homens. Esta desigualdade salarial tinha também consequências significativas nos valores das pensões e reformas;
- Ainda entre a população empregada, a taxa de risco de pobreza era maior nas mulheres trabalhadoras (24,1%) do que entre os homens trabalhadores;
- O desemprego era mais significativo entre as mulheres (9,2%) do que entre os homens (7,6%), em particular o desemprego de longa duração (4,1% nas mulheres; 3,5% nos homens);

<sup>1</sup> Gálvez, L. e Rodríguez (2011) “La desigualdad de género en las crisis económicas”, *Investigaciones Feministas*, vol. 2, pp. 113-132.

<sup>2</sup> Assinale-se que, segundo dados do EUROSTAT, já em 2010 a taxa de crescimento do emprego era superior para os homens (18%) do que para as mulheres (10,7%), tendência que se verificava tanto em países do centro como em países periféricos da UE.

<sup>3</sup> [http://eurofound.europa.eu/ewco/surveyreports/EU0802019D/EU0802019D\\_2.htm](http://eurofound.europa.eu/ewco/surveyreports/EU0802019D/EU0802019D_2.htm). Os dados indicam que “responsabilidades familiares” são uma das principais razões que explicam uma maior taxa de inactividade entre as mulheres.

<sup>4</sup> Fonte EUROSTAT, dados referentes a 2006 e à UE25.

- A taxa de risco de pobreza e exclusão social era superior entre as mulheres (26,6%, mais 2,8 pontos percentuais do que entre os homens), e particularmente significativa entre as mulheres idosas (diferença na ordem dos 9,4% relativamente ao risco de pobreza entre os homens idosos).
- Estavam sub-representadas nos cargos de poder, seja nos governos nacionais (apenas 18,03%), nas organizações patronais (14,02%), nos sindicatos (20,67), ou mesmo noutros grupos de interesse (13,68%).

As respostas neoliberais e austeritárias à crise ameaçam intensificar esta situação de vulnerabilidade laboral e social das mulheres, ao contribuírem para o aumento do desemprego e da sua duração, da precariedade laboral, da desigualdade salarial entre homens e mulheres, da diferenciação de género ao nível de reformas e das pensões, ampliando a dimensão e impactos da pobreza. Os cortes no investimento público como, por exemplo, na área da educação, dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, de serviços e equipamentos de apoio a crianças e idosos/as e a mercantilização do acesso à habitação têm e terão efeitos na vida das mulheres que devem ser considerados. Por outro lado, o aumento da sua vulnerabilidade à violência de género e o ataque aos direitos laborais conquistados, incluindo os direitos na vivência da maternidade e da paternidade, são outros dos impactos da crise e das políticas que a ela se sucederam.

Uma outra alteração verificada em crises económicas anteriores foi o aumento do peso relativo (mas não socialmente nem economicamente valorizado) do trabalho doméstico não pago. Os cortes das despesas sociais do Estado pressupõem sempre um incremento do trabalho doméstico e do cuidar não remunerados, em geral a cargo das mulheres. Deste modo, as empresas dispõem sempre de uma força de trabalho disponível a qualquer momento, que se contrata em períodos de expansão e que se despede em tempos de crise, representando as mulheres uma grande percentagem deste chamado “exército de reserva de mão-de-obra”. O risco de agravamento da desigualdade nos usos do tempo de homens e de mulheres na família, acentuando a colagem cultural das mulheres à esfera da reprodução, e desvinculando o homem da responsabilização material e afectiva nas questões do cuidado da casa, dos/as filhos/as, das pessoas idosos/as, da família é grande. Acresce a isto, o pensamento neo-conservador e austeritário que procura impor valores assentes no “regresso das mulheres ao lar”, bem como as políticas “familiaristas” e assistencialistas de submissão dos direitos individuais a um modelo familiar patriarcal, heteronormativo, único e exclusivo, dificultando verdadeiros percursos emancipatórios das mulheres e demais pessoas. Por vezes, a ofensiva ideológica surge de forma ambivalente: por um lado, as mulheres como agentes decisivos na poupança familiar; por outro, a exclusão das mulheres da discussão pública crítica sobre a crise, particularmente ao nível da comunicação social, e na busca de formas alternativas de a encarar.

Importa também salientar os mitos e as narrativas hegemónicas, complacentes e derrotistas, que tratam os mercados financeiros como instâncias “neutras” e “inocentes”, e tendentes à legitimação das actuais políticas de austeridade, que têm por base uma ideologia de concorrência, maximização e centralização do lucro, rejeitando quaisquer responsabilidades sociais. Por outro lado, uma dimensão por norma esquecida dos efeitos da crise ao nível das subjectividades é o clima de medo, de insegurança, de desespero, a depressão, o isolamento e a quebra das sociabilidades que em nada contribuem, antes agravam, as diferentes “crises” que atravessamos.

Assinale-se, por fim, a dupla, às vezes tripla, discriminação, de que são vítimas as mulheres migrantes, as mulheres negras, as mulheres ciganas, as mulheres com deficiência, as mulheres lésbicas, as pessoas transexuais- e outras dimensões igualmente opressoras - mulheres a quem ainda são negados direitos básicos de cidadania e que são directamente atingidas por estas políticas recessivas.